

ICMS e a Vitamina “C”

Dr. Antônio Luiz Bueno Barbosa

Muito espaço e muita tinta já foram gastos abordando o tão decantado ICMS. Recentemente, por ocasião da 32ª Jornada Paulista de Radiologia, foi realizado um encontro de notáveis para discutir-se o mal-fadado tributo. Dentre outros, a mesa era composta por um deputado estadual (o tributo em questão é de competência estadual) alinhado ao governo e candidato à reeleição, uma candidata a deputada estadual no pleito que se avizinha, pela oposição, e um jurista. Todos, evidentemente, muito hábeis, porém nenhum conseguiu deixar a periferia do assunto e se aprofundar no mesmo.

Todos filosoficamente são contra a exação, todos consideram que nenhum insumo, equipamento ou serviço médico deve ou pode ser objeto de tributação. Chegou-se a se asseverar que a Constituição garante imunidade a tais rubricas. Tudo muito bom, tudo muito bonito. Aliás, como reconhecido, explicitamente no próprio debate, por um dos componentes da mesa, Dr. Luiz Karpovas, “tudo vã filosofia”.

Claro está que não serei eu aquele que discordará das palavras e dos conceitos das autoridades presentes, porém, findo o enclave, foram eles para seus afazeres e ficam os médicos com a obrigação de pagar o ICMS sobre equipamentos que venham adquirir no exterior.

Terminada a Jornada Paulista, comemorado o Dia do Trabalho, os médicos retornam ao duro dia-a-dia, porém paira no ar a dúvida não respondida objetivamente: **como deixar de recolher o tributo?** Não possui a pretensão de deitar regras, tampouco a fórmula mágica para eliminar o problema, porém depois de tanto ouvir, de tanto debater, de tanto frequentar jornadas e con-



Mesa que presidiu os debates sobre ICMS, durante a JPR'2002, em São Paulo

gressos da radiologia e, por que não, depois de tanto estudar o assunto, só vislumbro duas opções, a saber:

- a) a primeira, mais realista e objetiva, que, embora não seja a ideal, é a única em condições de contornar o problema, é buscar-se, caso a caso, o auxílio do Poder Judiciário através de medidas pertinentes, a não incidência do imposto (majoritariamente o Judiciário tem recepcionado o interesse dos médicos);
- b) a segunda, utópica, seria o patrocínio de lobby junto às autoridades do Poder Executivo, com o objetivo de criar texto de lei isentando equipamentos médicos da incidência do ICMS, lembrando-se que membros e candidatos a membros do Poder Legislativo, não têm poderes para legislar sobre matéria tributária, por força de impeditivo constitucional, podem, na melhor das hipóteses, utilizando-se da influência (?), agir como lobistas.

Assim, se não houver uma efetiva mobilização, coesa, maciça e firme dos médicos em geral, através de suas entidades representativas, conscientizando a sociedade como um todo e o Poder Executivo, de forma a mudar a legislação vigente, não se vislumbra al-

ternativa à incidência do ICMS, a não ser, repete-se à exaustão, buscando-se abrigo junto ao Poder Judiciário cada vez que o problema se apresentar, aliás, consoante já foi tratado inúmeras vezes, nesta mesma coluna.

O prezado leitor deve estar indagando a respeito da relação existente entre o ICMS e a Vitamina “C” de que trata o título deste texto e, posso responder (agora sim) com absoluta autoridade: — **nenhuma!** Porém me faz lembrar a estória do médico que muitas vezes prescrevia a seus pacientes a milagrosa vitamina. Indagado por seus pares da razão dessa constante indicação, esclareceu que o fazia quando o paciente não possuía qualquer mal, mas se não ministrasse algum medicamento haveria total frustração, além do mesmo colocar em dúvida sua competência profissional.

Posto isto, ou os Médicos em geral e, em especial, aqueles dedicados ao diagnóstico por imagem, se mobilizam e conseguem junto ao governo a isenção do tributo, ou se socorrem, individualmente, do Poder Judiciário, ou, ainda, que se utilizem a Vitamina “C”.

Dr. Antônio Luiz
Bueno Barbosa

é assessor
jurídico do CBR